



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11322 - Resumo Expandido - Trabalho - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 11 - Política de Educação Superior

POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA PÓS-GRADUAÇÃO: A PRODUÇÃO ACADÊMICA NOS BANCOS DE PESQUISAS DA CAPES E IBICT OASIS/BR (2016-2022)

Larissa Madalena da Silva Pinheiro - UFMT/Campus de Cuiabá - Universidade Federal de Mato Grosso

Ana Luisa Alves Cordeiro - UFMT/Campus de Cuiabá - Universidade Federal de Mato Grosso

POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA PÓS-GRADUAÇÃO: A PRODUÇÃO ACADÊMICA NOS BANCOS DE PESQUISAS DA CAPES E IBICT OASIS/BR (2016-2022)

As políticas de ações afirmativas são políticas públicas que visam a promoção de igualdades de oportunidades, enfrentando a discriminação e o racismo. Se constitui, segundo Cordeiro, Costa e Santos (2021):

[...] mais que necessárias e justificáveis, pois se configuram, na atualidade, como caminho à desconstrução das bases das desigualdades profundamente enraizadas no racismo que geram, como resultado de política de Estado, benefícios à população branca e exclusão social da população negra. (CORDEIRO; COSTA; SANTOS, 2021, p. 9-10)

Este direito se constituiu um fator histórico, fruto da luta do movimento negro contra o racismo na sociedade brasileira. Neste sentido, encontramos políticas públicas que garantem o acesso da população negra na educação superior, como a Lei nº 12.711/2012 que estabelece:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. [...] Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos,

indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (BRASIL, 2012, Art. 1º e 3º)

Ingressar em um curso de graduação e conquistar a conclusão com sucesso, fomenta o capital cultural que permite a possibilidade de conversão em capital econômico, logo um deslocamento da realidade de subalternidade, pois “o diploma confere um privilégio, delega quem é elegível para um grupo de ocupações que podem se converter em valores econômicos.” (CORDEIRO, COSTA, SANTOS, 2021, p. 11-12)

Nesse esteio, temos também a Portaria Normativa nº 13, de 11 de maio de 2016, que dispõe sobre a indução de ações afirmativas na pós-graduação. Essa portaria garante a “[...] inclusão de negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação (Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado), como Políticas de Ações Afirmativas.” (BRASIL, 2016, p.1).

Neste ano, a portaria normativa nº 13/2016 completa 6 anos e a Lei 12.711/2012 10 anos de afirmação da população negra alijada historicamente do direito a educação. A reflexão que aqui fazemos alinha-se aos estudos da Educação das Relações Étnico-raciais, compreendendo como a discriminação racial ainda opera na educação superior evidenciando os ciclos de desvantagens sociais e raciais, em suas interseccionalidades.

Posto isso, este trabalho tem por objetivo levantar a produção acadêmica sobre as políticas de ações afirmativas no âmbito da pós-graduação *Stricto Sensu*, publicada nos bancos de pesquisas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e do Instituto Brasileiro de Informação e Tecnologia – IBICT OASIS/Br. Assim, nos procedimentos metodológicos utilizamos a abordagem qualitativa, a partir de pesquisas bibliográficas que englobam teses e dissertações.

Entendemos por abordagem qualitativa aquela que “[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2002, p. 21-22). Nesse âmbito, a pesquisa bibliográfica segundo Gil (2002, P. 44) “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Em vista disso, na busca no banco de pesquisa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, foram utilizados os descritores “Ações afirmativas”, “Pós-graduação” e “Negro/a”, sendo selecionadas por representarem conjuntura com o tema proposto.

Com finalidade de filtrar os descritores foram utilizados como tipo de documento “Dissertação” ou “Tese”, os anos de defesa selecionados foram entre “2016 a 2021”, pois, trabalhamos na perspectiva pós Portaria Normativa nº 13, de 11 de maio de 2016. Foi selecionada também a área de conhecimento “CNPQ: ciências humanas: Educação”. Ressaltamos que o banco de pesquisa não possibilitou neste momento selecionar o ano de

2022, o que será devidamente atualizado posteriormente.

Foram encontrados 16 resultados de dissertação e 8 resultados de teses no banco da CAPES, entretanto utilizaremos apenas 3 pesquisas de dissertação, pois elas fazem relação ao tema, quanto as teses de doutorado, não encontramos nenhuma que fizesse relação a nossa temática. Os trabalhos que foram excluídos embora mencionassem os descritores que utilizamos, abordavam a pós-graduação de modo periférico e a graduação com centralidade.

No banco de dados do Instituto Brasileiro de Informação e Tecnologia – IBICT OASIS/Br, também foram utilizados como descritores as palavras “Ações afirmativas”, “Pós-graduação” e “Negro/a”. Os descritores utilizados como tipo de documento foram “Dissertação” ou “Tese”, os anos de defesa selecionados foram entre “2016 a 2022”. Foram usados também texto com o idioma somente em “Português”.

Encontramos 101 resultados de dissertação e 35 resultados de teses, entretanto utilizaremos apenas 4 pesquisas de dissertação e 1 pesquisa de tese, pois são as únicas que fazem relação ao tema de pesquisa. No Quadro 1 podemos visualizar o quadro de produções acadêmicas que fazem parte da busca do período de 2016 a 2022, nos dois bancos citados anteriormente:

Quadro 1 – Produções de dissertações e teses utilizadas na delimitação da pesquisa

Ano	Título	Autoria	Tipo
2016	O acesso da população negra aos cursos de pós-graduação: uma análise a partir das trajetórias de estudantes negros do curso afirmação na pós.	LEAO, Fabio Luiz da Silva de Sousa.	Dissertação
2018	Estudantes negros(as) egressos(as) das políticas de ações afirmativas: um olhar sobre a pós-graduação.	FERREIRA, Emiko Liz Pessoa.	Dissertação
2018	Mestres/as negros/as: trajetórias na pós-graduação dos/as egressos/as do curso de formação pré-acadêmica Afirmação na Pós.	SOUZA, Kelly Cristina Candida de.	Dissertação
2019	Ações afirmativas na pós-graduação.	PEREIRA, Fabiana Santos.	Dissertação
2020	As audácias e as histórias: análise psicossocial das trajetórias de negras/os doutoras/es em Psicologia na interface dos estudos sobre carreiras.	OLIVEIRA, Vilmar Pereira de.	Tese
2020	Políticas afirmativas na pós-graduação da FACE: um estudo das representações sociais.	COELHO, Selma Monteiro.	Dissertação
2020	Universidade de Brasília, para quê? E para quem? Um estudo sobre as ações afirmativas para negros(as) no Programa de Pós-graduação em Direito da UnB.	BEZERRA, Kelly Martins.	Dissertação
2021	O lugar da mulher negra nas ciências: implementação das ações afirmativas na Pós-Graduação do Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia (IF-UFBA)	CAL, Tanesca Santana.	Dissertação

Fonte: Elaborado a partir dos dados obtidos no IBICT OASIS/Br e CAPES, em 2022.

Portanto, são oito trabalhos que fazem relação com nossa pesquisa, destes, sete que são dissertação de mestrado e apenas um é tese de doutorado. Observamos que a maioria das pesquisas concentram em dissertações de mestrado, nos programas de pós-graduação em educação. A área de conhecimento que mais tem concentrado as discussões e pesquisas é a área de Ciências Humanas, centralizando os maiores números de interesse pela temática da pesquisa na região Sudeste, seguido da região Sul, Centro-Oeste e o Nordeste do país, sendo que a não identificamos trabalhos na região Norte.

A pós-graduação, segundo Pereira (2019, p. 40), é “[...] tida por muitos gestores brasileiros e até internacionais como exemplo de organização, de avaliação e de qualidade

perante os demais níveis de ensino - um exemplo a ser seguido.” Diante desse perfil, encontramos dependendo do curso, programa e/ou universidade pouca ou nenhuma representatividade docente negra, confirmando que esse espaço é elitizado e voltado para a supremacia branca.

Observamos nas pesquisas a evidente importância das políticas de ações afirmativas na pós-graduação como forma de romper os ciclos de desvantagens sociorraciais. Ferreira (2018, p. 87) retrata que “[...] necessitamos descolonizar a Pós-graduação, como forma de diminuir as barreiras educacionais” e proporcionar a população negra melhores condições de acesso e permanência nesses espaços.

Desse modo, constatamos a partir das análises de pesquisas que fazem relação a nossa temática de estudo, que em sua grande maioria o número de pesquisa na pós-graduação *stricto sensu* relaciona-se a investigação da trajetória de estudantes negros/as egressos/as das políticas de ações afirmativas na pós-graduação.

Em suma, o interesse por pesquisas sobre as políticas de ações afirmativas na pós-graduação tem emergido significativamente no campo da academia, considerando os seis anos de disposição da Portaria Normativa nº 13, de 11 de maio de 2016, porém, em algumas universidades observamos que as implementações das ações afirmativas são um desafio para democratizar a pós-graduação.

Palavras-Chave: Política de Ações Afirmativas. Pós-Graduação. Educação Superior. Produção Acadêmica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Lei das Cotas. Brasília: Presidência da República, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 14 de jul. de 2022.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 13, de 11 de maio de 2016.** Ações Afirmativas na Pós-graduação. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21520493/do1-2016-05-12-portaria-normativa-n-13-de-11-de-maio-de-2016-21520473>. Acesso em: 14 de jul. de 2022.

CORDEIRO, Ana Luisa Alves; COSTA, Candida Soares da; SANTOS, Sérgio Pereira dos. “Não ando só”: afirmação na pós-graduação, negritudes e os potenciais intelectuais que o racismo desperdiça. **Revista Universidade Federal de Goiás**, Goiânia, v.21, e 21.69197, p. 2-29, 2021.

FERREIRA, Emiko Liz Pessoa. **Estudantes negros(as) egressos(as) das políticas de ações afirmativas: um olhar sobre a pós-graduação.** 2018. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e Arte: O Desafio da Pesquisa Social. In: MINAYO, Maria C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 21. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002, p. 9-29.

PEREIRA, Fabiana Santos. **Ações afirmativas na pós-graduação.** 2019. 89 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2019.